



A FERAESP mantém canal aberto aos empregados assalariados rurais do estado de São Paulo e sindicatos.
Viu ou vivenciou alguma irregularidade no ambiente de trabalho ?

Denuncie em nossos canais de comunicação:
feraesp@feraesp.org.br
WhatsApp: (14) 99873-9557 ou em seu Sindicato.

A federação e os sindicatos irão orienta-los(a).

Destaque

**GENOCÍDIO CONTRA OS
PALESTINOS - PAG. 3**

Siga as redes sociais
da FERAESP



Inflação
Mês de referência: agosto de 2025
Últimos 12 meses

INPC: 5,05%
IPCA: 5,13%



FERAESP participa de evento sobre trabalho decente na cadeia do café



Nos dias 1º e 2 de outubro de 2025, a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) participou de um importante evento realizado em São Paulo (SP). A atividade foi organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR), pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com apoio da Embaixada da Alemanha.

SISTEMA DE ARRECADAÇÃO FERAESP

Sistema para emissão de guias sindicais para atender os sindicatos.

No qual, podem ser emitidas a Contribuição sindical, Confederativa, Assistencial e Mensalidade Social.

O sistema é gratuito para os sindicatos da categoria, através do site: www.feraesp.org.br no link "Sistema de geração de Guias".

Para maiores esclarecimentos contatar o setor de arrecadação, através do e-mail: tesouraria@feraesp.org.br ou pelo telefone (14) 3879-5198.



INFORMATIVO FERAESP

EXPEDIENTE: Órgão informativo mensal da FERAESP - Diretoria Executiva
Federação dos Empregados Rurais Assalariados no Estado de São Paulo.

CNPJ: 58.998.915/0001-18

Rua Azarias Leite, 16-30. Vila Mesquita - CEP: 17014-400. Bauru/SP

Telefone: (14) 3879-5198 - WhatsApp (14) 99873-9557 - E-mail: feraesp@feraesp.org.br

Área Técnica: Cristiano Augusto Galdino - Corecon - 35802/SP

O encontro reuniu certificadoras do café, empresas do setor, dirigentes sindicais, representantes da sociedade civil e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), com o objetivo de dialogar sobre a promoção do trabalho decente na cadeia produtiva do café.

Para garantir um debate respeitoso e produtivo entre diferentes atores, o evento contou com a mediação de profissionais especializadas em conduzir temas complexos, estimulando que cada participante apresentasse suas realidades e desafios para a construção de encaminhamentos concretos.

Representaram a FERAESP, o presidente Jotalune Dias dos Santos, o jota; Rubens Germano, diretor de finanças; Aloisio dos Santos, secretário geral e Regiane Penteado, diretora de comunicação.

SUS x Sistema de Saúde dos EUA: O cuidado com a vida, não tem preço



Em setembro de 2025, o Sistema Único de Saúde (SUS) completou 35 anos de funcionamento. Criado pela Constituição de 1988 e regulamentado em 1990, ele é considerado um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. Seu princípio fundamental é simples: a saúde é um direito de todos e um dever do Estado.

No SUS, qualquer cidadão — brasileiro ou estrangeiro — pode ser atendido sem pagar no momento do uso. Isso é possível porque o sistema é financiado por impostos e contribuições sociais arrecadados pelo governo federal, estados e municípios. Ou seja, o custo é coletivo e socializado, não individual no momento da consulta, da internação ou do uso de medicamentos básicos.

Já nos Estados Unidos, a lógica é totalmente diferente. Lá, não existe um sistema universal público. A saúde é organizada de forma privada, baseada em seguros de saúde contratados pelas pessoas ou oferecidos por empregadores. Quem não tem seguro precisa pagar diretamente do próprio bolso — e a conta pode ser altíssima.



Existem programas públicos, mas eles são limitados: o Medicare cobre idosos e pessoas com deficiência, enquanto o Medicaid atende parte da população de baixa renda. Fora esses grupos, a responsabilidade é quase toda do cidadão. Isso faz com que milhões de americanos fiquem sem seguro ou com seguro insuficiente, arcando com despesas que podem levar até ao endividamento.

Quem gasta mais?

Os números revelam o contraste: Nos EUA, os gastos, em dólar, em saúde chegaram a cerca de US\$ 4,9 trilhões em 2023, o equivalente a 17,6% do PIB. Em média, cada pessoa “gasta” mais de US\$ 14,500 por ano — quase sempre pago via plano privado ou do próprio bolso.

No Brasil, o SUS é subfinanciado em comparação, representando cerca de 3 a 4% do PIB. Ainda assim, garante cobertura universal: toda a população é atendida, mesmo quem não pode pagar nada diretamente.

Ou seja, os EUA gastam muito mais, mas esse gasto é privado, arcado pelos cidadãos. Já no Brasil, o gasto é coletivo, sustentado por impostos, o que garante que todos possam acessar cuidados de saúde.

Resultados e equidade

Apesar de gastar menos, o SUS é responsável por avanços importantes: campanhas de vacinação, ampliação da atenção básica e queda da mortalidade infantil. O sistema ainda enfrenta problemas — filas, falta de recursos e desigualdade regional — mas conseguiu universalizar o acesso.

Nos EUA, embora haja tecnologia avançada e atendimento rápido para quem pode pagar, o sistema é marcado pela desigualdade. Pesquisas recentes mostram que um em cada quatro americanos adia ou desiste de tratamento por não conseguir arcar com os custos.

Considerações

O contraste é claro:

Brasil / SUS → universal, gratuito no ponto de uso, custeado por impostos (gasto coletivo).

EUA → fragmentado, caro, dependente de seguros e pagamentos diretos (gasto privado, individual).

Enquanto o SUS garante o acesso como direito de cidadania, o sistema americano transforma saúde em mercadoria. Assim, mesmo com menos recursos financeiros, o Brasil consegue oferecer uma rede pública que atinge toda a população.

O genocídio Israelense em Gaza: milhares de criança e mulheres assassinadas



Desde o início da ofensiva israelense contra Gaza em 7 de outubro de 2023, os números de vítimas palestinas têm escalado de forma alarmante. Diversas organizações — ministério da saúde de Gaza, organismos internacionais de direitos humanos, ONGs — têm divulgado estimativas de mortes, feridos, pessoas desaparecidas ou soterradas, e danos massivos a infraestrutura civil.

Dados principais

Até agora, milhares já morreram, sendo grande parte de mulheres e crianças:

Em 4 de setembro de 2025, outro relatório indica 64.231 mortes e 161.583 feridos.

Em 16 de setembro de 2025: 64.964 mortos e 165.312 feridos.

Já em julho de 2025, um dado do Ministério da Saúde apontava cerca de 57.418 mortos e 136.261 feridos.

Além disso:

Estima-se que milhares de pessoas ainda estão desaparecidas ou soterradas sob escombros, cujo destino é desconhecido.

Muitos dos mortos são civis, incluindo mulheres, crianças, profissionais de saúde, jornalistas.

Os feridos incluem casos críticos e permanente dano físico e mental.

A caracterização como genocídio

A palavra “genocídio” carrega um peso legal muito específico: é definida na Convenção para Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (1948) como atos cometidos com intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal. Isso requer provar não só os efeitos (mortes, destruição) mas a intenção deliberada. Como no caso de Israel contra os Palestinos.

As Nações Unidas (relatórios de relatores especiais) também vêm apontando para possíveis violações graves de direitos humanos e do direito humanitário internacional que poderiam atingir essa tipificação.

Se é já “genocídio” no sentido jurídico? A comunidade internacional, tribunais, organizações de direitos humanos ainda debatem. Mas há uma base factual que aponta que há padrões de ação que parecem ir além de simples “efeitos colaterais” de guerra. Atacam-se áreas civis, moradias, ferem-se civis em grande escala, o que exige apuração, responsabilização e, acima de tudo, medidas urgentes para cessar o sofrimento.

Hamas – grupo terrorista

O Hamas (Movimento de Resistência Islâmica Palestino) é um grupo terrorista que precisa ser combatido. Entretanto, o genocídio contra civis palestinos cometido por Israel é inaceitável e não tem justificativa.

FERAESP insiste, porém federação patronal continua negando um acordo de CCT



Nos últimos dias, a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) recebeu retorno da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP) sobre as tratativas referentes à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) em nível estadual.

Apesar dos esforços e da disposição da FERAESP em avançar nas negociações, a federação patronal manteve diversas negativas a cláusulas fundamentais para a categoria dos empregados(as) assalariados(as) rurais do estado de São Paulo, especialmente aquelas de natureza econômica, que visam corrigir defasagens salariais e garantir melhores condições de trabalho.

A FERAESP reafirma seu comprometimento em defender os direitos e a dignidade dos assalariados rurais, insistindo na construção de um acordo que contemple avanços reais e assegure justiça social no meio rural. A entidade seguirá buscando o diálogo, mas não abrirá mão das conquistas históricas e dos direitos essenciais dos trabalhadores que movimentam a base produtiva do Estado de São Paulo.

